



SEÇÃO TEMÁTICA



## **Intervenção com adolescentes: Oficinas de sexualidade, afetividade e prevenção à violência**

Maria Emanuely de Andrade Sartori Simões, *Universidade Professor Edson Antônio Velano – Unifenas*

Claudia Helena Gonçalves Moura, *Universidade de São Paulo - USP*

Irys Eduarda Apolidorio Rocha, *Universidade Professor Edson Antônio Velano – Unifenas*

---

**Resumo:** O trabalho com direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes é essencial pela possibilidade que essa intervenção oferece de fortalecimento dos/das adolescentes, para contribuir na proteção de si e do outro. Partindo do pressuposto de que a sexualidade vai além dos aspectos biológicos e compreende questões relacionadas ao afeto, a autoestima e ao diálogo, foi realizada uma intervenção que consistiu no desenvolvimento de oficinas de dinâmicas de grupo direcionadas a adolescentes de 12 a 15 anos e que promoveu o debate e a formação sobre os temas da sexualidade e de afetividade, com foco na prevenção às situações de violência nos relacionamentos. O objetivo do presente artigo é relatar a experiência da equipe no desenvolvimento das ações com as salas de 6º e 7º anos e de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, agrupadas em duas turmas, de uma escola municipal de Alfenas – MG e discutir avanços e dificuldades para o trabalho da educação sexual nas escolas atualmente. Entende-se que o trabalho realizado contribuiu para a formação dos adolescentes, por auxiliar no exercício da cidadania e empreendeu esforços para que a educação seja um espaço essencial para a afirmação dos direitos sexuais (e reprodutivos) desse grupo etário.

**PALAVRAS-CHAVE:** SEXUALIDADE. AFETIVIDADE. PREVENÇÃO. ADOLESCÊNCIA.

---



## Introdução

A partir da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, no Cairo em 1994, em que 184 países, inclusive o Brasil, assinaram a Declaração dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, reconheceram-se estes como direitos humanos (PIOVESAN, s.d.). Essa Declaração partiu da concepção de que todos os cidadãos e cidadãs têm direitos sexuais e reprodutivos, que se referem, de modo geral, ao direito a ter informações e formação de qualidade sobre sexualidade, adequada à faixa etária, além de direito à autonomia, à integridade e à segurança sobre o corpo, direito à saúde sexual, direito a fazer escolhas e à atenção à saúde sexual.

Na Declaração, pressupõe-se que todos e todas possam acessar a educação sexual durante a vida que os habilite a prevenir situações de risco (como o abuso infantil ou durante a adolescência e a adultez), a ter informações que os/as habilite a decidir e a viver a sexualidade, seja na adolescência e na adultez, de modo seguro, sem violência, discriminações, imposições e com respeito pelo próprio corpo e pelo corpo do (a) parceiro(a) (FURLANI, 2011).

No que se refere à educação sexual, são importantes o acesso a informações, mas também a prevenção à violência em relacionamentos, que é um problema o qual tem afetado a saúde mental de jovens e adultos, reforçado pela naturalização da violência na cultura e na mídia:

A promoção dos direitos sexuais e reprodutivos pode contribuir para fortalecer o respeito à diversidade de orientação sexual, a equidade de gênero, a qualidade das relações entre parceiros íntimos e o empoderamento entre pessoas e comunidades (MURTA *et al.*, 2014, p. 216).

A prevenção da violência nos relacionamentos é uma estratégia relevante na promoção de saúde mental e na prevenção de exclusões e de opressões que trazem desfechos negativos para a saúde. Compreende-se que a sexualidade é parte de uma dinâmica complexa que envolve afeto, autoestima, diálogo, decisão, o que inclui conhecimentos biológicos e preventivos, obviamente, mas certamente não se reduz a esses conhecimentos (CEDARO; BOAS; MARTINS, 2012). Contemplar e discutir sobre afetos, autoestima, segurança em saber dos próprios limites, capacidade de tomar decisões, é parte essencial de uma vivência saudável da sexualidade e da afetividade na adolescência.



Num país em que a violência contra a mulher é endêmica, a prevenção da violência, sobretudo contra a mulher, tem sido pauta importante e essencial na intervenção frente a esse problema. O 16º Anuário de Segurança Pública, publicado neste ano, aponta que entre 2016 e 2021, a quantidade de feminicídios cresceu cerca de 44,3% no país e, ainda, Minas Gerais chega a 2021 com a maior taxa de feminicídios em números absolutos, sendo 13% maior que São Paulo. Além disso, o mesmo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 aponta que 73,7% dos estupros registrados em 2020 foram contra vulneráveis – 86,9% das vítimas eram meninas e 85,2% dos abusadores eram conhecidos das vítimas (GIFE, 2021).

Dado que a violência sexual atinge sobretudo mulheres, e destas, meninas, é essencial que as intervenções com adolescentes aconteçam já no início dessa fase<sup>1</sup> (e também na infância), por se compreender que o fortalecimento do direitos sexuais e reprodutivos passa necessariamente pelo acesso à educação sexual, que compreenda a prevenção a situações de risco, a obtenção de informação segura e confiável e, ainda, a compreensão mais ampla de que a sexualidade é uma vivência humana que se conjuga com o exercício do diálogo, da autonomia e da decisão livre, equitativa e sem coerção.

Murta *et al.* (2014) relatam o desenvolvimento de uma intervenção de curta duração com adolescentes de Ensino Médio em que puderam, a partir da perspectiva dos direitos sexuais e da não violência, trazer mudanças atitudinais, mesmo em curto prazo, de não aceitação e de evitamento de desfechos de violência.

Desse modo, o trabalho com direitos sexuais e reprodutivos é essencial pela possibilidade que essa intervenção oferece de fortalecimento dos/das adolescentes, ao contribuir na proteção de si e do outro. Ademais, uma intervenção com essa perspectiva na adolescência busca contribuir para as vivências futuras na adultez, por auxiliar no desenvolvimento da responsabilidade e da tomada de decisões e de

---

<sup>1</sup> A Organização Mundial da Saúde considera a adolescência a fase que vai dos 10 aos 19 anos, enquanto a legislação brasileira, com o Estatuto da Criança e do Adolescente considera que essa fase se inicia aos 12 e se estende aos 18. Apesar de divergências, é preciso considerar que, independentemente de critérios cronológicos, a adolescência é marcada por fatores não apenas biológicos, mas se trata de uma fase de amplo desenvolvimento biopsicossocial, envolvendo mudanças sociais, psicológicas, sendo um fenômeno singular marcado por fatores socioculturais (BRASIL, 2007).



escolhas durante toda a vida, afinal “presume-se que conhecer e discutir esses direitos contribua para a responsabilização pelo próprio curso da vida e por formas de relacionar afetiva e sexualmente pautados pelo respeito a si e ao outro” (MURTA *et al.*, 2014, p. 217). Além disso, é importante auxiliar os adolescentes na prevenção de situações que os coloquem em vulnerabilidade, como exposição a comportamentos sexuais de risco, abuso por outrem, prática e/ou tolerância à violência nas relações afetivo-sexuais (FURLANI, 2011).

No que tange à prevenção da violência em relacionamentos afetivos, vale ressaltar que uma educação preocupada com a dignidade humana e compromissada com a erradicação da violência doméstica contra a mulher está prevista na Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que prevê no Artigo 8º a promoção de programas educacionais com esse propósito e o destaque no currículo escolar à equidade de gênero, de raça e ao problema da violência doméstica (BRASIL, 2006).

Portanto, este artigo traz o relato do trabalho realizado numa escola municipal de Ensino Fundamental II na cidade de Alfenas-MG e que consistiu no desenvolvimento de oficinas de dinâmicas de grupo direcionadas a adolescentes de 12 a 15 anos. Essas oficinas compreenderam o debate e a formação sobre os temas da sexualidade e de afetividade, com foco na prevenção à situação de violência em relacionamentos íntimos. Este trabalho foi desenvolvido como uma das ações do Projeto de Extensão “Gênero em discussão: diálogo e intervenção com a comunidade”, do Curso de Psicologia da Unifenas. O Projeto tem atendido a demandas da comunidade, trabalhando sobretudo com o desenvolvimento de intervenções grupais e, ainda, com palestras, discussões e formação sobre equidade de gênero e combate à violência contra a mulher.<sup>2</sup>

As oficinas realizadas com duas turmas, 6º e 7º anos, e 8º e 9º anos agrupados, buscaram contribuir na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, auxiliando-os(as) no exercício do diálogo, na desconstrução de temas tabus da sexualidade, na compreensão dos próprios afetos e no exercício da autonomia sobre os próprios corpos, auxiliando-os a decidir de modo consciente, com o respeito às próprias

---

<sup>2</sup> As experiências que vêm sendo realizadas neste Projeto estão relatadas no artigo “Relato de experiência de um Projeto de Extensão: discutindo gênero na comunidade” de Simões e Moura (2022).



vontades e decisões – que são habilidades importantes a serem exercidas durante toda a vida. Consideramos, ainda, que a educação sexual deve permear toda a vida, como parte importante da formação integral dos sujeitos e que, por isso, deve ser contínua (FURLANI, 2011); e que outras ações são (e serão) necessárias no decorrer da escolarização e da trajetória de vida dos sujeitos.

## Método

Foram realizadas intervenções com as salas de 6º e 7º anos e 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, agrupadas em duas turmas, de uma escola municipal do município de Alfenas – MG. A partir da modalidade *de oficinas de dinâmicas de grupo*, foram trabalhados temas relativos ao exercício de direitos sexuais e reprodutivos, com foco no debate da sexualidade e da afetividade e na prevenção à violência.

Segundo Soares *et al.* (2018), o que define a oficina é a possibilidade de constituir uma aprendizagem compartilhada, por meio de atividade grupal, tendo em vista a construção coletiva de conhecimentos e de reflexões. A atividade em grupo busca, pelo próprio formato, trazer à tona questionamentos que provêm do contexto dos participantes e que necessitam ser debatidos para maior autonomia destes.

Desse modo, compreende-se que, trabalhando com temas da sexualidade e da afetividade, de maneira interativa e aberta, podemos contribuir para a reflexão sobre essas vivências de modo amplo e consciente. Buscamos, com isso, tratar da sexualidade, retirando-a da condição de tabu, que angustia adolescentes e fomenta comportamentos de risco, dada a ausência ou a incompletude de informação e de reflexão. Dessa maneira, a instauração de um espaço de acolhimento das questões biológicas, psicológicas e relacionais, vividas nessa fase da vida, é essencial para que a proposta formativa faça sentido aos participantes e reverbere em suas vidas.

Por fim, buscamos com maior abertura e com diálogo sobre a sexualidade, contribuir para que os adolescentes se sentissem seguros para decidir sobre as próprias vivências de modo autônomo e consciente.



Com a turma que reunia alunos e alunas dos 6º e 7º anos, foram realizados oito encontros, abordando os temas: Prevenção ao abuso; Mudanças corporais e emocionais da adolescência; Papéis de Gênero; Formas de se relacionar; Diversidade sexual e de gênero; Autoconhecimento e reconhecimento do outro.

Já com as salas de 8º e 9º anos, foram realizados sete encontros, abordando os temas: Sexualidade: Mitos e verdades; Métodos contraceptivos; Papéis de Gênero; Relacionamentos Abusivos; Percepção do outro; e Masculinidade hegemônica.

Cada encontro teve uma duração média de 60 minutos. Buscou-se apresentar os temas a partir da observação das demandas dos dois grupos, considerando-se as especificidades da faixa etária e as curiosidades e necessidades das turmas. Portanto, os temas não foram estabelecidos de antemão, de modo que os/as extensionistas puderam ficar atentos(as) à dinâmica grupal de cada turma e realizar as dinâmicas conforme o exposto.

## **Desenvolvimento**

### *Intervenção com o sexto e com o sétimo anos*

Ao iniciar nossa intervenção, foi possível notar que se tratava de uma sala em que a maioria dos alunos e alunas nunca tinham discutido os assuntos trazidos, transparecendo muitas concepções machistas enraizadas em algumas falas e atitudes. Vimos, então, a necessidade de trabalhar questões relacionadas ao próprio corpo, bem como as de gênero, de uma forma que se expandissem seus conhecimentos e trouxessem discussões relevantes que os fizessem refletir sobre as temáticas propostas.

No primeiro encontro, ficou claro que a melhor forma de trabalhar esses temas seria através de atividades lúdicas, de forma a despertar não só o interesse, mas também a curiosidade. Pensando nisso, foi proposta a *Dinâmica do Semáforo*, em que os/as participantes são separados em subgrupos. Nessa dinâmica, foram distribuídas cartolinas para que cada subgrupo desenhasse um corpo humano da forma que desejasse, indicando por cores as áreas onde e o quanto é necessário ficar atento/as quando algum adulto toca. Nesse primeiro encontro,



ficou evidente a escassez de conhecimento que possuíam sobre consentimento e conhecimentos relacionados aos próprios corpos. Com a ajuda dos/as extensionistas, puderam então reconhecer as noções de privacidade e de consentimento, entendendo a importância do respeito ao corpo e aos limites que devem ser colocados ao outro (Fig. I).

Levando em consideração o que foi observado no primeiro encontro, decidimos trabalhar em seguida as Mudanças corporais, trazendo uma dinâmica que explorasse seus conhecimentos e fosse fácil compreender a forma que ocorrem essas mudanças. Tais mudanças eram tanto relativas aos caracteres sexuais, quanto à redefinição da identidade e da personalidade do adolescente.

Ademais, para trazer à tona os discursos sobre gênero que foram observados, foram trabalhados os estereótipos de gênero, buscando entender como os papéis de gênero são delimitados pela sociedade e não são essenciais. Para isso, foram trabalhadas as vantagens e as desvantagens de ser homem e mulher, que deixou explícito o quanto, já no início dessa fase, adolescentes reproduzem falas e atitudes misóginas e machistas que observam na sociedade. A partir de uma dinâmica em que debatiam vantagens e desvantagens, foi feita uma longa discussão sobre o tema, sendo levantadas questões cotidianas que reforçam tais atitudes, como uma tentativa de ampliar as percepções e as relações entre desigualdades de gênero e papéis de gênero, tão naturalizados (Fig. II).

Para que fosse possível criar uma ligação entre os dois temas já trabalhados e também reforçar o que já havíamos discutido, iniciamos o quarto encontro com a dinâmica da *Rede de ajuda*, que trazia situações vividas por casais, relacionadas ao vínculo, à afetividade, aos papéis de gênero e a situações abusivas e pedíamos para que os/as adolescentes fizessem recomendações frente às situações. Nesse momento, observou-se maior reflexão e amadurecimento de algumas ideias, sendo que os participantes apresentaram um discurso mais coeso e menos agressivo, portanto mais ciente das desigualdades. Além disso, nesse encontro, foi compartilhada entre os/as participantes a percepção de violência e de abuso nas relações afetivo-sexuais, em especial, as violências mais sutis, como manipulação e agressão verbal e psicológica.

Além disso, evidenciou-se como essencial o trabalho sobre o tema da diversidade sexual e de gênero. A partir de um texto que traz uma



situação fictícia de preconceito, foi debatida a homofobia, entendendo os efeitos deletérios do preconceito<sup>3</sup> e da discriminação. Conforme Murta *et al.* (2014) ressaltam, o trabalho com direitos sexuais contribui para o fortalecimento do respeito à diversidade sexual, ao desenvolver as noções de autonomia e de liberdade que fundamentam os direitos sexuais e reprodutivos, em específico, o direito à escolha de parceiro(a) e à vivência sexual livre de preconceitos.

Os encontros com essa turma foram finalizados por meio de uma retrospectiva dos temas trabalhados, para lembrar os assuntos antes discutidos e expor as novas visões adquiridas após o projeto. Em suma, a intervenção realizada buscou instaurar um ambiente seguro ao trabalhar esses temas, ao propor o acolhimento das dúvidas e também a reflexão sobre falas e preconceitos arraigados na sociedade. Com o tempo e com a conquista da confiança, a turma, mesmo que em alguns momentos de distração, se manteve participativa, interagindo com as oficinas propostas, sendo que, no encerramento, pediram por mais encontros.

#### *Intervenção com o oitavo e com o nono anos*

Durante o processo de intervenção com as turmas trabalhadas, identificamos as demandas a serem discutidas e refletidas. Notamos que se tratava de uma turma com bastante curiosidade sobre os temas relacionados aos papéis de gênero, à sexualidade e aos métodos contraceptivos. Embora os adolescentes fossem curiosos, eram poucas as informações que possuíam acerca dos temas trabalhados.

Ao iniciar todos os nossos encontros, com a finalidade de deixar os adolescentes mais confortáveis no ambiente para trabalharmos, utilizamos as dinâmicas de quebra-gelo. No primeiro encontro, fizemos uso de uma bexiga para realizar tal dinâmica: a bexiga foi passada de mão em mão, em círculo, para que cada um falasse o próprio nome e o que gostava de fazer, além de uma qualidade e de um defeito. Foi possível perceber muita timidez e pouco autoconhecimento, visto que a maioria dos adolescentes não sabiam dizer sobre eles próprios.

Ainda em nosso primeiro encontro, trabalhamos com a dinâmica de *Mitos e Realidade*, em que verificamos o conhecimento que o grupo possuía acerca do uso de métodos contraceptivos (anticoncepcionais, a

---

<sup>3</sup> A situação fictícia que foi trabalhada é a história *No país de Blowmink* com um relato de homofobia ao reverso, trazendo reflexões sobre a normatização existente sobre o desejo e a orientação sexual (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011).



transmissão da AIDS, sexualidade no geral). Em outro momento, já no segundo encontro, tendo como propósito diagnosticar os conhecimentos que tinham sobre sexualidade, propusemos a dinâmica *Concordo x Discordo x Tenho dúvidas*<sup>4</sup>, em que distribuimos perguntas para subgrupos responderem sobre o tema trabalhado. Foi possível observar certo conhecimento satisfatório sobre o assunto, porém com algumas dúvidas e incertezas da parte deles: temas como masturbação, desejo sexual e contraceptivos ainda eram confusos.

Ademais, a fim de refletir e de discutir sobre relacionamentos abusivos, utilizamos a dinâmica do *Correio Sentimental*, realizada no 3º encontro, em que formamos subgrupos e entregamos, por escrito, algumas situações vividas por pessoas fictícias, sendo necessário que o grupo pensasse sobre tais questões. Nessa dinâmica, os/as participantes puderam discutir sobre como os relacionamentos abusivos são vistos e praticados no dia a dia e como influenciam na vida da vítima, refletindo sobre a importância do consentimento, do diálogo, da livre decisão e identificando situações de violência.

No 4º encontro, com o objetivo de trabalhar sobre as questões de gênero, foi utilizada a dinâmica *Se eu fosse homem/mulher*, em que tínhamos como foco discutir os papéis de gênero (masculino/feminino), explorando os papéis e as expectativas em torno de homens e de mulheres na sociedade. Foi possível perceber que as meninas, ao escreverem sobre serem homens, compreendiam os privilégios que estes possuem na sociedade; já os meninos, falaram sobre questões como “eu ia querer menstruar”, demonstrando não ter conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas por elas durante esse período<sup>5</sup>. Foi interessante, ainda, perceber que, além da percepção clara dos

---

<sup>4</sup> Algumas das frases utilizadas para trabalhar esta dinâmica foram: “O homem pode ter várias parceiras porque sente mais desejo sexual do que a mulher”; “Não ter relações genitais é a única forma 100% eficaz de se evitar a gravidez”; “As pessoas podem ter doenças sexualmente transmissíveis sem apresentar sintomas”; e “Um homem com pênis grande é sexualmente mais potente do que um homem com pênis menor”(SERRÃO, 1999).

<sup>5</sup> A pobreza ou precariedade menstrual é um problema enfrentado por mulheres e meninas no mundo todo. Dados da ONU apontam que, no mundo, uma em cada dez meninas falta às aulas durante o período menstrual. No Brasil, esse número é ainda maior: uma entre quatro estudantes já deixou de ir à escola por não ter absorventes. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, do IBGE, revelaram que, das meninas entre 10 e 19 anos que deixaram de fazer alguma atividade por problemas de saúde nos 14 dias anteriores à data da pesquisa, 2,88% delas deixaram de fazê-la por problemas menstruais. Com isso, perdem em média até 45 dias de aula devido à precariedade vivida nessa fase (AGÊNCIA SENADO, 2021).



privilégios masculinos, as adolescentes apontaram o que os homens podiam fazer, num contraponto ao machismo, descrevendo atitudes como “eu seria respeitoso, organizado”; e, no que tange à mulher, os adolescentes demonstraram não compreender as perspectivas das mulheres bem como os desafios vividos, o que pôde ser mais bem demonstrado na partilha das produções nos grupos e no debate com toda a turma. Entretanto, a própria discussão trouxe à tona a possibilidade de compartilhar e de expressar as dificuldades e as necessidades.

Já no 5º encontro, por se perceber a necessidade e a urgência do tema, retornamos ao tema dos *Métodos Contraceptivos* mais a fundo. Debates, em círculo, sobre as possibilidades existentes de contraceção, abrangendo a pílula anticoncepcional, as camisinhas, o Dispositivo Intrauterino (DIU), a pílula do dia seguinte, bem como a disponibilidade desses métodos no SUS, Sistema Único de Saúde<sup>6</sup>. Ao final, entregamos uma ficha com um método contraceptivo sorteado para cada subgrupo, onde eles e elas fizeram uma tabela com pontos positivos e negativos, a fim de demonstrar a compreensão que tiveram da eficácia e dos limites de cada método, entendimento que pôde ser checado em grupo (Figs. III e IV).

Trabalhamos no encontro seguinte com uma dinâmica quebra-gelo de Percepção do outro, em que tínhamos como propósito refletir sobre como enxergamos o próximo, abarcando questões como autoestima, comparação, empatia, dentre outros. Sentimos necessidade, ainda no sexto encontro, de voltar ao tema dos Relacionamentos Abusivos (mencionado anteriormente no terceiro encontro), utilizando uma dinâmica de escrita e de debate, que consistia em ler situações presentes em relacionamentos abusivos e violentos e reconhecer e refletir sobre o que havia de “errado” e de “estranho” em cada uma - as situações incluíam violência psicológica, física, e/ou moral e também situações de

---

<sup>6</sup> O Sistema Único de Saúde (SUS) oferta de maneira gratuita nove métodos contraceptivos que ajudam no planejamento familiar. São eles: anticoncepcional injetável mensal; anticoncepcional injetável trimestral; minipílula; pílula combinada; diafragma; pílula anticoncepcional de emergência (ou pílula do dia seguinte); Dispositivo Intrauterino (DIU); preservativo feminino e preservativo masculino. Esses métodos contraceptivos estão acessíveis aos adolescentes nas unidades de saúde, incluindo testes rápidos para infecções, mesmo que estejam desacompanhados. Por lei, os adolescentes podem acessar esses serviços, mesmo desacompanhados, a partir dos 12 anos de idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).



ameaça<sup>7</sup>. Foi observado que o grupo compreendeu bem o assunto, pois os/as participantes souberam identificar as situações de risco, a maneira como a violência se coloca nas atitudes e nos discursos, além dos comportamentos invasivos e violentos e da violência que pode estar presente nos relacionamentos. Em contrapartida, o grupo pôde explicitar o que constitui um relacionamento saudável, ao indicar elementos importantes para eles e para elas, como diálogo e autonomia (Fig. V e VI).

Como finalização, foi feito um Cartaz Coletivo, em que cada um e cada uma pôde escrever uma palavra ou uma frase que aprendeu nas oficinas, o que, ao fim, foi refletido em conjunto. Em suma, os alunos e as alunas relataram ter aprendido sobre os métodos contraceptivos disponíveis no SUS, sobre o que caracteriza um relacionamento saudável e um relacionamento abusivo, a importância da empatia para com os sentimentos dos outros, o questionamento dos papéis rígidos de gênero, a ajuda ao próximo em situação de risco, como também as consequências da masculinidade hegemônica e do machismo para as pessoas e para a sociedade.

## Resultados e discussões

### *Direitos sexuais e prevenção à violência: o grupo como potencialidade de trabalho*

É certo que uma intervenção que trata sobre a sexualidade e a afetividade, com foco na prevenção à situação de violência, mesmo que breve, junto a adolescentes, traz notórios avanços em relação aos conhecimentos que estes possuem acerca de temas que envolvem a sexualidade em sua dimensão global. Inicialmente, existe um desafio primordial, que se refere ao estabelecimento de um vínculo com o grupo que se pretende trabalhar. Principalmente, por se tratar de temas para os quais antes não havia espaço para debate em seus contextos de vida, o/a adolescente se sente inseguro em participar de forma ativa das

---

<sup>7</sup> A dinâmica sobre os Relacionamentos abusivos partiu de uma adaptação da dinâmica Correio Sentimental de Serrão (1999). Além disso, o foco dado nessa dinâmica partiu do reconhecimento dos tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual, e patrimonial, explicitadas na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), permitindo, assim, que os adolescentes reconhecessem situações possíveis de violência, em sua amplitude.



discussões e das atividades propostas. Entretanto, com o tempo, é possível notar que os comportamentos tendem a mudar, sendo que os adolescentes mostram maior abertura, o que fortalece o grupo e expande as possibilidades de trocas.

Pode-se dizer que, nesse momento de fortalecimento do grupo, estabeleceu-se o que Castilho (1994, p. 44) conceitua como homeostase, uma reação característica do grupo, que se estabelece quando este busca “atingir um equilíbrio entre as ansiedades, desejos e expectativas de seus diferentes membros, de tal sorte que esses fatores, principalmente a ansiedade, se apresentem em um nível tolerável”. A partir desse momento, com a realização dos encontros, ficou visível maior interação entre os participantes, que fizeram mais perguntas, além de exporem situações de suas vidas de uma forma que expandissem seus conhecimentos e trouxessem discussões relevantes que os fizessem refletir sobre esses temas.

Entende-se que, a partir da realização das dinâmicas propostas, os adolescentes conseguiram compreender, obter mais informações e refletir sobre alguns temas como doenças sexualmente transmissíveis; métodos contraceptivos; gravidez; relacionamento abusivo; e outros. Em alguns casos, por exemplo, conseguiram relacionar algumas informações com a própria vida e ver um pouco da realidade do dia a dia, como quando foi realizada a atividade sobre métodos contraceptivos, sendo que alguns deles mencionaram os métodos que seus familiares utilizavam, além de conseguirem discernir suas diferenças, aspectos positivos e negativos ao utilizá-los, como vantagens relacionadas ao uso e à escolha, às contraindicações e aos possíveis efeitos colaterais.

É interessante ressaltar como as meninas se afetaram e se expressaram durante as atividades, principalmente nas dinâmicas e nas discussões relacionadas a relacionamentos abusivos e à desigualdade de gênero. Elas demonstraram ter consciência sobre o próprio posicionamento, e como, em nossa sociedade, o homem e suas atitudes são mais valorizados e, desde cedo, meninas são afetadas pela desigualdade de gênero e pelo machismo estrutural. Elas também demonstraram pelas atitudes que desejam ser reconhecidas como sujeitos e que resistem ao sexismo, ao mostrarem e dizerem que não são fracas como dizem ou como esperam que sejam. No último encontro, ficou clara tal postura, quando colocaram em cartaz frases como: “Não é porque eu sou mulher que eu sou fraca. Eu também sou FORTE”; e “Um



homem nunca será mais forte que uma mulher. A mulher é forte em tudo, tanto no que faz, como no que passa” (Fig. VII e VIII).

Nesse sentido, as meninas se mostraram muitas vezes mais maduras para essas reflexões do que os meninos, esses que, em alguns momentos, faziam brincadeiras inadequadas para o momento, demonstrando estarem resistentes frente a esses temas e discussões. Esse comportamento observado pode indicar resistências e medos que atuam como mecanismos de defesa entre os membros do sexo masculino. Isso ocorre quando “o grupo (ou parte do grupo, nesse caso) ventila qualquer assunto que o ameace, ou atinja sua estrutura de referência” (CASTILHO, 1994, p. 45). Tendo em vista que os assuntos ali faziam parte do cotidiano dos membros do grupo, entretanto não tinham sido colocados até então em questionamento, é comum que tais mecanismos de defesa sejam utilizados – coube, portanto, aos facilitadores, o manejo da situação, para que tal atitude não se tornasse frequente a ponto de causar prejuízos ao desenvolvimento do grupo.

Outro ponto que merece destaque é o caráter breve da intervenção. É de extrema relevância que novas propostas sejam pensadas, a fim de possibilitar que cada vez mais adolescentes tenham acesso a informações no que concerne a seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como manter uma rede de apoio que não só acolha, mas também debata sobre esses assuntos. Os avanços observados em relação ao conhecimento dos adolescentes foram notórios, mas ficarão mais evidentes se o aprendizado for contínuo.

Dessa forma, a utilização das oficinas de dinâmicas de grupo como método foi positiva, tendo em vista que possibilitou o fortalecimento de relações e de trocas. Apesar dos desafios encontrados no decorrer do trabalho, são evidentes os conhecimentos adquiridos pelos adolescentes a partir da troca e do acolhimento que a oficina de dinâmica de grupo permite e propicia. Certamente, houve o rompimento de ideias cristalizadas e perpetuadas na sociedade, de estereótipos e de noções geradoras de sofrimento e de risco, o que possibilitou, por fim, um pensamento mais crítico e humanizado acerca da sexualidade.

### *Os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes em pauta*

Com o avanço das discussões políticas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, as discussões sobre sexualidade avançaram para



além do aspecto biológico, ao permitir sua compreensão enquanto prática aliada à saúde física e mental. A contribuição política mais clara para esse entendimento partiu dos documentos elaborados nas conferências internacionais realizadas no Cairo e em Pequim na década de 1990, que puderam definir o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, concebendo-os enquanto Direitos Humanos, como já explicitado.

A partir disso, a responsabilidade dos Estados em facilitar o acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, por meio de políticas públicas, foi enfatizada junto à necessidade de desenvolver ações de planejamento familiar, de acesso a métodos contraceptivos, a serviços obstétricos e à educação sexual. Além disso:

Reconheceu-se que a sexualidade é constitutiva dos sujeitos desde a infância e, portanto, a escola foi considerada local privilegiado para projetos e políticas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos de seus alunos no âmbito da educação (FURLANETTO *et al.*, 2018, p. 532-533).

Foi também a partir da década de 1990 que surgiram, no país, diversas políticas educacionais relacionadas à sexualidade, à prevenção e à promoção da saúde e à garantia de direitos sexuais e reprodutivos, como os PCN's – os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, anos depois, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, e o Programa Brasil sem Homofobia, ambos de 2004, além do Programa Gênero e Diversidade na escola, de 2008. Ainda que não tivessem peso de lei, os PCN's tiveram o papel de norteadores das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

Cabe destacar que um dos cadernos dos PCN's traz como temática a orientação sexual, em que se considera que a sexualidade é tema que deve estar presente em todos os níveis de ensino, em disciplinas e em atividades escolares, já que é parte inerente da formação. O Caderno de Orientação sexual traz três subtemas norteadores: o corpo como matriz da sexualidade, as relações de gênero, e a prevenção às IST's e Aids (BRASIL, 1998).

Considera-se nesse documento que a vivência da sexualidade se articula ao exercício da cidadania, à medida que uma educação que contemple esse tema permite trabalhar o respeito por si mesmo e pelo outro, e busca garantir direitos básicos como o direito à saúde e à informação. Os PCN's visam integrar esses temas de maneira transversal



no currículo e nas atividades escolares, de maneira que sejam contemplados por diversas áreas (BRASIL, 1998, p.87). Cabe compreender que os PCN's partem do entendimento de que é preciso assegurar os direitos sexuais e reprodutivos, considerando o adolescente como protagonista, capaz de decidir e de acessar serviços de saúde.

Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) analisaram a produção bibliográfica sobre diversidade sexual na escola, desde o período de publicação dos PCN's, em 1998, e perceberam um grande avanço nas políticas governamentais voltadas às garantias dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo que algumas dessas políticas consideram a escola como *locus* importante e essencial de superação do preconceito. Cabe ressaltar que, ainda em 2008, foi publicado pelo Ministério da Educação, especificamente pela Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) o Caderno *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Esse caderno foi produzido como parte de um curso de formação continuada de professores com essas temáticas, oferecido por universidades na modalidade a distância e com alguns módulos presenciais<sup>8</sup>.

Enquanto projeto que, no entanto, não chegou às escolas, em 2011, foi criado o Projeto *Escola sem Homofobia*, que tinha como objetivo introduzir o debate sobre diversidade sexual na escola. Entretanto, o material desse projeto sofreu grande pressão em 2011 de deputados alinhados à direita conservadora, em especial, por deputados ligados a igrejas evangélicas, chegando a ser vetado. Isso demonstra o que Ferreira (2006) nomeou como uma predominância da pauta conservadora nos últimos anos, o que fez com que até mesmo um governo de caráter progressista, como o da ex-presidenta Dilma Roussef, suspendesse a pauta da diversidade sexual em favor da governabilidade.

Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) apontam, além disso, que existe uma distância imensa entre o que propõem as políticas que visam incluir o debate sobre sexualidade e diversidade sexual e a real efetividade de sua implementação, já que a maior parte dos estudos

---

<sup>8</sup> O Programa *Gênero e diversidade na escola* orientou-se pela necessidade de formação de professores nas temáticas de gênero, desigualdade de gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais, numa tentativa de superação de preconceitos e de trabalho da diversidade humana com os docentes (BRASIL, 2008). Essa formação foi realizada por algumas universidades e direcionada a professores da educação básica, de diversas capitais do país.



indica a presença de desigualdades de gênero e de predomínio da heteronormatividade na escola.

Igualmente, Furlanetto *et al.* (2018) apontam que, mesmo passadas duas décadas da publicação dos PCN's, a realização de um projeto transversal com a temática da sexualidade enfrenta muitas dificuldades. As autoras realizaram uma ampla revisão bibliográfica de estudos nacionais empíricos sobre educação sexual, publicados entre 2010 a 2016, e demonstraram que a maioria desses estudos parte de experiências pontuais realizadas nas escolas por profissionais externos ao quadro escolar. No geral, são experiências realizadas por profissionais de Enfermagem, Medicina e Psicologia e, nos casos em que eram realizadas dentro da escola e por seus profissionais, eram feitas por professores de Ciências e de Biologia. As autoras indicam que grande parte dessas intervenções traziam temas ligados à saúde sexual e reprodutiva, com foco nas informações de prática preventiva. Embora os documentos oficiais indiquem a necessidade de trabalhar a sexualidade sob um aporte histórico e social, abordando inclusive os papéis de gênero, os professores não têm acessado esses documentos nem recebido capacitação necessária para isso.

Compreende-se que a ausência de formação no campo da sexualidade possa dificultar o estabelecimento de abordagens e de métodos, podendo levar a práticas repressivas, punitivistas e discriminatórias (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Pesquisa realizada por Gesser, Oltramari e Panisson (2015) com professores do ensino fundamental indica que estes apresentavam um discurso “preventivista” da sexualidade, com preocupação com gravidez e AIDS, e que, algumas vezes, isso vinha articulado a posturas conservadoras morais e religiosas. Isso aponta o quanto tais práticas podem estar relacionadas ao modo como a educação sexual historicamente foi abordada no país: uma associação entre uma abordagem médico-informativa e práticas de punição, alinhada a crenças religiosas (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Os professores nessa pesquisa também demonstravam uma preocupação com a fase de desenvolvimento da criança e do adolescente, com certo receio de que o tratamento dessas temáticas pudesse “incitar precocemente” determinadas fases da sexualidade. Desse modo, embora a produção de conhecimento relacionada à diversidade sexual na escola



tenha avançado consideravelmente nos últimos anos na direção de uma educação que valoriza as diferenças, a realidade das escolas – tal como apontado na produção sobre o tema – se encontra muito aquém do conhecimento disponível.

Em consonância com o que, conforme Adorno (1995), poderíamos considerar expressão da dificuldade de elevar a sexualidade a objeto da consciência, portanto, como uma tendência a experimentá-la como um tabu, Gesser, Oltramari e Panisson (2015) evidenciaram também, a partir de pesquisa com docentes, uma redução da sexualidade a aspectos biológicos, como reprodução, infecções, desenvolvimento, dissociando-a de relações sociais e culturais que demarcam a expressão da sexualidade. Compreender a sexualidade como atributo biológico ou natural pode levar à negação de que a escola e seus processos pedagógicos são produtores de normas de gênero e de sexualidade e de que essas normas, veiculadas na sociedade, demarcam a expressão da sexualidade e da afetividade, podendo gerar formas abusivas e discriminatórias de relação.

Além de apontarem a ausência de conhecimento e de formação dos profissionais da educação sobre as temáticas de *gênero* e *sexualidade*, as pesquisas revisadas demonstram a permanência de discursos e de posições conservadoras nas escolas pesquisadas e na sociedade.

Nesse sentido, a intervenção aqui descrita parece demonstrar a permanência de formas de intervenção nas escolas com esse tema, tal como Furlanetto *et al.* (2018) indicam: a presença de profissionais e de estagiários externos à instituição e que realizam nela intervenções pontuais. Como observado pelos autores citados, embora o país tenha alcançado certo avanço no que tange ao entendimento dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes desde a publicação dos PCN's, a tônica conservadora predomina nas escolas. Entretanto, já na última década, o país tem assistido à predominância de pautas conservadoras no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, propostas até mesmo



em âmbito nacional<sup>9</sup>. O predomínio de uma concepção conservadora sobre a sexualidade, em especial do adolescente, tem dificultado ainda mais o avanço da sociedade no que tange ao atendimento e à busca da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

No que concerne à experiência aqui relatada, pudemos observar certa abertura da escola onde a intervenção foi realizada à medida que, ao recebermos a demanda, a equipe de extensionistas e a orientadora do *Projeto de Extensão Gênero em discussão* frisaram a abordagem do tema da sexualidade, com foco nos direitos sexuais e na prevenção à violência, ao passo que a escola, representada por diretores e supervisores, compreendeu a importância de trazer profissionais que pudessem debater esses temas. Foi percebido, em diversos momentos, que a escola não se sentia à vontade para tratar desses assuntos, com dificuldades que podem advir do perfil, da formação da equipe pedagógica e/ou docente ou, ainda, da dificuldade de tocar num assunto que desperta questionamentos morais e que exige posicionamentos da escola.

Segundo Carvalho *et al.* (2012), os adolescentes são compreendidos ainda em nossa sociedade como estando em um momento de passagem, uma transição - são considerados incapazes ou irresponsáveis de tal modo que se instalam na sociedade e nas instituições discursos tutelares que comunicam os perigos da sexualidade adolescente, vista como precoce ou cercada de riscos.

Por vezes, os direitos sexuais aparecem atrelados somente ao combate ao abuso, à exploração e violência sexual - violações que, claro, devem ser combatidas - mas o excessivo enfoque nessa dimensão dificulta a compreensão do que deve ser afirmado (e não apenas negado), como a afetividade, a capacidade de negociação, a autoestima, a necessidade de acessar informações e serviços, a livre expressão, noções

---

<sup>9</sup> Em levantamento da Federação Internacional do Planejamento Familiar feita em 2015, no Brasil, no México, no Chile e na Argentina, o Brasil despontou como um dos países que menos apresentavam a educação sexual em seus currículos escolares (LEVORATO; PEREIRA, 2018). A postura do governo federal entre 2019 a 2022 tem sido relutante quanto às indicações da ONU para o trabalho da educação sexual nas escolas (CHADE, 2020). É preciso frisar, ainda, que, além de relutância, houve o predomínio de uma pauta religiosa e conservadora, emperrando políticas e práticas que garantissem os direitos sexuais e reprodutivos. A exemplo, no ano de 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos promoveu uma campanha destinada a combater a gravidez na adolescência por meio da abstinência ou do adiamento das relações sexuais (ESTADO DE MINAS, 2020).



que se conectam profundamente à liberdade e à autonomia que constituem os direitos sexuais (CARVALHO *et al.*, 2012).

Percebemos que o trabalho da prevenção a situações de risco, como abuso e violência sexual ou, ainda, de práticas sexuais de risco, obteve apoio da escola onde estivemos, ao passo que o trabalho com a autonomia e com a liberdade - a partir de dinâmicas que propuseram a discussão sobre papéis de gênero estereotipados, a negociação do método contraceptivo e, ainda, a percepção de situações de violência - soaram como inovadores à instituição.

Entretanto, ficam questionamentos importantes relativos à garantia dos direitos sexuais (e reprodutivos) dos adolescentes: em que medida a escola, ou profissionais externos ou ainda outras instituições poderão garantir os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, permitindo-lhes acesso à informação e à formação sobre os temas, e, ainda, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, sem quaisquer condicionantes ou limitações?

Compreendemos que o trabalho com os direitos sexuais e reprodutivos, até mesmo para a prevenção de situações de risco, precisa necessariamente tocar o cerne de situações geradoras de risco à saúde e à vida, como as relações de gênero desiguais, a homofobia e a naturalização da violência nas relações afetivas. Acreditamos, portanto, que esse trabalho foi (e é) coletivo, de aprendizado mútuo entre escola, com seu corpo pedagógico e docente, extensionistas, e alunos e alunas, para ampliar em conjunto suas percepções e expressar necessidades, nas possibilidades existentes de educação conjunta.

## **Considerações finais**

O trabalho com direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes é essencial para o fortalecimento dos/das adolescentes, por contribuir na proteção de si e do outro. Além disso, este trabalho buscou contribuir para as vivências futuras na adultez e auxiliar no desenvolvimento da responsabilidade e da tomada de decisões e escolhas durante toda a vida. Compreendemos que o desenvolvimento dessas habilidades deve ser iniciado ainda na adolescência, para que os/as adolescentes sejam capazes de tomar decisões, acessar recursos e serviços, detectar situações



de risco e, então, serem capazes de exercer seus direitos sexuais e reprodutivos.

A discussão que alunos e alunas tiveram durante as oficinas permitiram tecer reflexões que indicam maior autonomia e maior capacidade de buscar informações e de se responsabilizar pelas decisões na vida. Além disso, a reflexão sobre situações de violência e de abuso nos relacionamentos indica a importância de reconhecerem essas situações e a possibilidade de buscarem e de apoiarem formas de se relacionar afetiva e sexualmente pautados pelo respeito a si e ao outro (MURTA *et al.*, 2014).

Desse modo, a intervenção relatada buscou auxiliar os/as adolescentes na prevenção de situações que os/as colocam em vulnerabilidade, como comportamentos sexuais de risco, abuso, prática e/ou tolerância à violência nas relações (FURLANI, 2011).

Tratar da sexualidade e de afetividade de maneira ampla e conectada com os direitos sexuais é uma intervenção que segue urgente, uma vez que a educação sexual centrada nessa perspectiva ainda é recente e está sujeita a diversas barreiras para sua implementação na sociedade e na escola. Esforços para isso devem ser empreendidos, tendo como base a concepção de que a escola é espaço de preparação para o exercício da autonomia (MURTA *et al.*, 2014).

Portanto, o trabalho realizado contribuiu, ao trazer o tema da sexualidade e da afetividade para os adolescentes, auxiliando na formação destes, para que tenham condições de decidir de modo consciente, exercitando o diálogo, o respeito com o próprio corpo, com o corpo do outro, que são habilidades importantes por toda a vida e que podem ter repercussões na adultez e também em seus entornos. Não podemos deixar de mencionar, contudo, que a educação sexual deve permear toda a vida, sendo uma parte importante da formação integral dos sujeitos e que, por isso, deve ser contínua (FURLANI, 2011).

Para isso, é importante que, além de informações e de debates, as instituições de saúde, de educação e de assistência social garantam, em conjunto, o acesso a informações de qualidade e a serviços de saúde – relacionados à saúde sexual, reprodutiva e psicológica, com orientação personalizada. Ademais, é importante que o debate sobre sexualidade e prevenção à violência esteja presente na escola, mas também em outros espaços, como apoio aos sujeitos durante toda a vida, na prevenção a



situações de risco, trazendo pleno entendimento sobre os próprios limites e os limites do outro. Diversas intervenções se fazem necessárias num *continuum* de formação dos sujeitos, como dinâmicas, oficinas, palestras, cartilhas, apresentações, inclusive ações que coloquem adolescentes homens e mulheres no protagonismo da própria formação e enquanto construtores de uma cultura mais respeitosa, baseada no diálogo e na equidade.

**Figura I: Dinâmica do Semáforo**



**Figura II: Dinâmica Se eu fosse mulher/homem**



Se eu fosse homem  
Seria mais fácil trabalhar (assumar empregos)  
Seria mais fácil sair (namorar)  
Se assumir é mais fácil  
Se eu fosse homem seria mais organizado  
Mais respeitoso  
Não mentiria  
Eu iria ajudar as mulheres a fazer os  
trabalhos de casa

**Figura III: Dinâmica sobre os métodos contraceptivos (camisinha)**

Como funciona?  
= Previne contra doenças e a gravidez mais não completamente, tem tanto para homens e para mulheres.  
Onde achar?  
Farmácias, SUS, Farmácia, hospital  
Pontos fortes e fracos  
= Fraco = Não previne completamente, pode estar com  
Forte = Previne das doenças transmissíveis "como: aids, HIV, ..."

**Figura IV: Dinâmica sobre os métodos contraceptivos (DIU)**



**DIU**

- Como funciona?

O DIU é implantado através de uma cirurgia, na utero da mulher. Ele é um material com um formato de "T" feito a base de cobre e plástico.

- Onde achar?

Através de uma consulta feita pela SUS para obter o cirurgia gratuitamente, em algumas situações de serviço pago.

- Pontos fortes e fracos

Seu ponto forte, é que o DIU tem mais de 99% de eficácia, mas ainda assim não é 100%. Ele previne apenas a gravidez e não de doenças sexualmente transmissíveis, sendo assim seu ponto fraco.

**Figura V: Dinâmica sobre relacionamento abusivo**

**Frase 1**

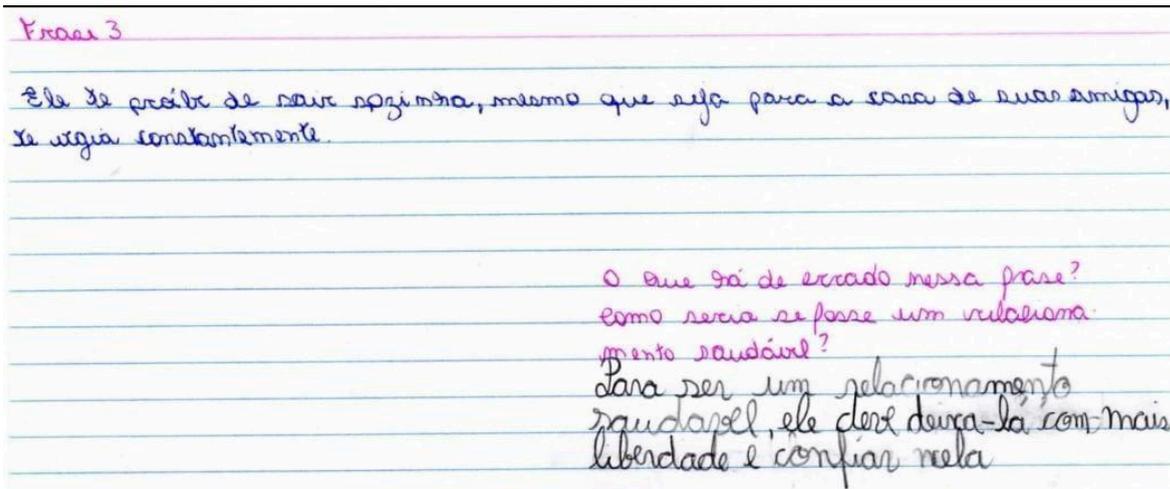
Em qualquer conversa é comum que ele faça você sentir que não entende de nada ou está sempre errada.

Como se o homem tratasse a mulher inferior a ele.

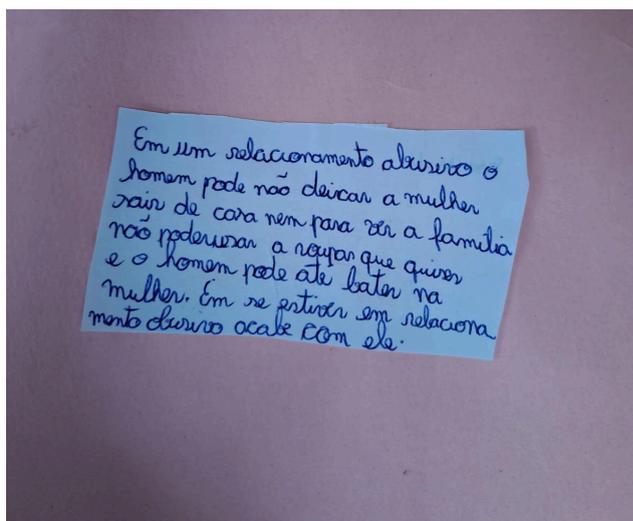
Que o casal tivesse igualdade no relacionamento

O que dá de errado nessa frase? Como seria se fosse um relacionamento saudável?

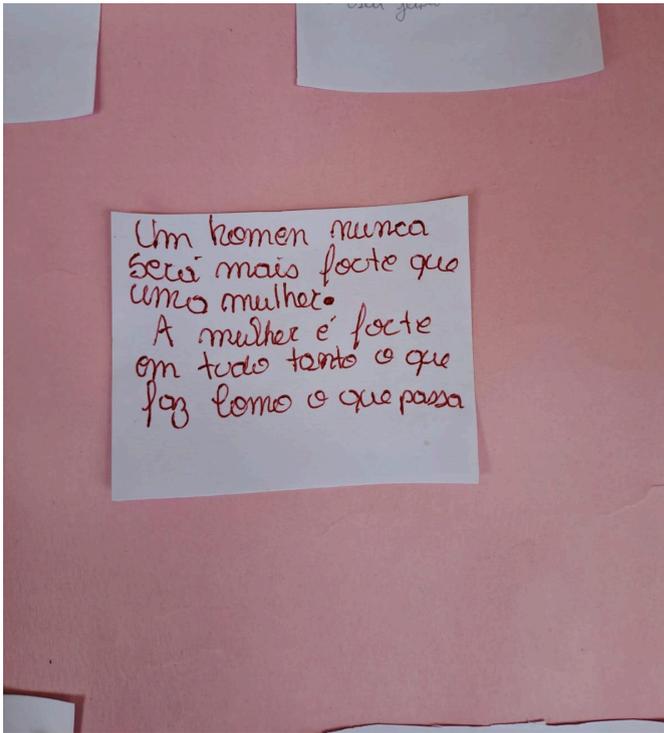
**Figura VI: Dinâmica sobre relacionamento abusivo**



**Figura VII: Dinâmica de finalização**



**Figura VIII: Dinâmica de finalizaç**



## Referências

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

AGÊNCIA SENADO. O que é pobreza menstrual e porque ela afasta estudantes das escolas. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>>, Data de acesso: 28 dez. 2022.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. *Secretaria de Educação Fundamental*, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Data de acesso: 03 jun. 2022.

BRASIL, *Lei n.º. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. (Lei Maria da Penha).



BRASIL. *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à saúde, Área de saúde do adolescente e do jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Caderno Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*, SECAD- Ministério da Educação., 2008. Disponível em:<[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf)>. Data de acesso: 03 jun. 2022.

CABRAL, C. S. Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero. *Saúde e Sociedade*. v. 26, n.4, p.1093-1104, 2017.

CARVALHO, C. de S.; SILVA, E. R.; SOUZA, S. J.; SALGADO, R. G. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e retrocessos. *Psicologia Clínica*. v.24, n.1; p. 69-88, 2012.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. Disponível em:<<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>>. Data de acesso: 28 dez 2022.

CASTILHO. A. Reações características de grupo. In: \_\_\_\_\_. *A dinâmica de trabalho de grupo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

CEDARO, J. J.; BOAS, L. M. S. V.; MARTINS, R. M. Adolescência e sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho, RO. *Psicologia: ciência e profissão*. v.32, n.2, p.320-339, 2012.

CHADE, J. Brasil leva religião à ONU e encaminha projetos que citam educação sexual. *Site Uol*. 15 jun. 2020. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/15/evangelicos-dao-o-tom-da-postura-internacional-do-brasil.htm>> . Data de acesso: 22 jun. 2022.

ESTADO DE MINAS NACIONAL. Governo lança campanha que prega abstinência sexual contra gravidez precoce. 3 fev. 2020. *Em*. Disponível em:<[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/03/interna\\_nacional,1119158/governo-lanca-campanha-prega-abstinencia-sexual-gravidez-precoce.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/03/interna_nacional,1119158/governo-lanca-campanha-prega-abstinencia-sexual-gravidez-precoce.shtml)>. Data de acesso: 18 dez. 2022



FURLANETTO, M. F.; LAUERMAN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145084>> . Data de acesso: 03 maio 2022.

FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 16, 2022.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON,, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, v. 27 n. 3, p. 558-568, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>>, Data de acesso: 18 maio 2022.

GIFE. *Combater os altos índices de violência contra meninas e mulheres depende de mudança cultural*. 16 ago. 2021. Disponível em: <<https://gife.org.br/combater-altos-indices-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-depender-de-mudanca-cultural/>>, Data de acesso: 28 nov. 2022.

LEVORATO, G. F.; PEREIRA, M. Brasil está atrás de vizinhos em educação sexual, aponta estudo. *Portal Comunicare*. 7 set. 2020. Disponível em: <<https://www.portalcomunicare.com.br/brasil-esta-atras-de-vizinhos-e-m-educacao-sexual-aponta-estudo/>>.Data de acesso: 20 jan. 2022.

MARCON, A. N.; PRUDÊNCIO, L. E. V.; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. *Psicologia Escolar e Educacional*. v. 20, n.2, p. 291-301, maio/ago 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572016000200291](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000200291)>. Data de acesso: 03 maio 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Principais ações em saúde para prevenção da gravidez na adolescência. *Secretaria de Ação Primária da Saúde*. 06 fev. 2020. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/noticia/7196>>, Data de acesso: 28 dez. 2020.



MURTA, S.G.; SANTOS, B.R.P.; ARAÚJO, I.F.; MARTINS, C.P.S.; OLIVEIRA, B.; CANGUSSÚ, E.D.A. Intervenção breve para promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção à violência no namoro em adolescentes. In ZANELLO, V.; ANDRADA, A.P.M. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridades*. Curitiba: Appris, 2014.

PIOVESAN, F. O que são Direitos Reprodutivos?. *Portal Geledés*. Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/o-que-sao-direitos-reprodutivos/?amp=1&gclid=CjoKCOjwo8aYBhDLARIsAA\\_gbod2wiWAZ6r\\_8TKOQO5\\_2Ga\\_4URpX1hK3\\_2PlCrtHIbS7f31OZtmpkMaApU7EALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/o-que-sao-direitos-reprodutivos/?amp=1&gclid=CjoKCOjwo8aYBhDLARIsAA_gbod2wiWAZ6r_8TKOQO5_2Ga_4URpX1hK3_2PlCrtHIbS7f31OZtmpkMaApU7EALw_wcB)>, Data de acesso: 26 ago 2022.

SERRÃO, M. *Aprendendo a ser e a conviver*. 2 ed. São Paulo: FTD, 1999.

SIMÕES, M.E.A.S; MOURA, C.H.G. Relato de experiência de um Projeto de extensão: discutindo gênero na comunidade. *Revista Diversidade e Educação*. v. 10, n.1, 0.388-405, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13952>>. Data de acesso: 20 jan. 2023.

SOARES, S. M.; AMARAL, M. A.; SILVA, L. B.; SILVA, P. A. B. Oficinas sobre sexualidade na adolescência: revelando vozes, desvelando olhares de estudantes do Ensino Médio. *Escola Ana Nery Revista de Enfermagem*. v. 12, n. 3, p.485-491, set./2008.



**INTERVENCIÓN CON LOS ADOLESCENTES: OFICINAS DE SEXUALIDAD, AFECTIVIDAD Y PREVENCIÓN A LA VIOLENCIA**

**RESUMEN:** El trabajo con los derechos sexuales y reproductivos de los adolescentes es esencial por la posibilidad que una intervención ofrece de fortalecimiento de los jóvenes, contribuyendo para la protección de sí y del otro. Partiendo del presupuesto de que la sexualidad va allá de los aspectos biológicos y comprende cuestiones relacionadas al afecto, autoestima, diálogo, realizamos una intervención que ha consistido en el desarrollo de oficinas de dinámicas grupales direccionadas a adolescentes de 12 a 15 años y que promovió el debate y formación sobre los temas de sexualidad y afectividad, con foco en la prevención a situaciones de violencia en relacionamientos. Este artículo objetiva presentar la experiencia del equipo en el desarrollo de las acciones con los alumnos de 6º y 7º años de 8º y 9º años del enseño fundamental II, agrupados en dos turmas, de una escuela municipal de Alfenas - MG y discutir avances y dificultades para el trabajo de la educación sexual en las escuelas actualmente. El trabajo realizado contribuyó a la formación de los adolescentes, auxiliando en el ejercicio de la ciudadanía y emprendió esfuerzos para que la educación sea un espacio esencial para la afirmación de los derechos sexuales (y reproductivos) de los adolescentes.

**PALABRAS CLAVE:** SEXUALIDAD. AFECTIVIDAD. PREVENCIÓN. ADOLESCENCIA.

**Maria Emanuely de Andrade Sartori SIMÕES**



Maria Emanuely de Andrade Sartori Simões  
Claudia Helena Gonçalves Moura  
Irys Eduarda Apolidorio Rocha

309

Graduanda Em Psicologia Pela Universidade  
Professor Edson Antônio Velano – Unifenas. Extensionista do Projeto Gênero Em  
Discussão: Diálogo e Intervenção na Comunidade.  
*E-mail: [maria.andradesartori@gmail.com](mailto:maria.andradesartori@gmail.com)*

**Claudia Helena Gonçalves MOURA**  
Doutora e pós-doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela  
USP. Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João  
Del-Rei. Psicóloga Clínica E Educacional. Coordenadora do Projeto De Extensão  
Gênero Em Discussão: Diálogo e Intervenção na Comunidade.  
*E-mail: [Claudia.moura@unifenas.com](mailto:Claudia.moura@unifenas.com)*

**Irys Eduarda Apolidorio ROCHA**  
Graduanda em Psicologia pela Universidade Professor Edson Antônio Velano –  
Unifenas. Extensionista do Projeto Gênero Em Discussão: Diálogo e Intervenção na  
Comunidade.  
*E-mail: [irys.rocha@aluno.unifenas.br](mailto:irys.rocha@aluno.unifenas.br)*

*Recebido em: 27/01/2023*

*Aprovado em: 10/06/2024*